 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 001. A antropologia da morte: perspectivas etnográficas em diálogo.

Hippolyte Brice Sogbossi (Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergip) - Coordenador/a, Thiago Zanotti Carminati (Universidade Regional do Cariri) - Coordenador/a A import?ncia dos estudos sobre a morte ? ineg?vel. Nem sempre teve a aten??o adequada esse fato universal. Aos poucos, surgem estudos especializados em v?rios dom?nios do conhecimento. A morte ? um fen?meno f?sico, social e cultural e desperta muita curiosidade. Um acontecimento, experienciado, vivido de m?ltiplas formas que implicam os vivos na situa??o de observadores da morte do outro. Mas h? tamb?m a n?o-morte: a carne ?morre? mas a pessoa vive. A atual proposta, considerando a diversidade de enfoques sobre o fato, objetiva acolher e discutir trabalhos transdisciplinares, sendo que o di?logo com a antropologia ? fundamental. Estudos comparativos tamb?m s?o bem vindos, e os enfoques dever?o questionar e contextualizar as teorias hegem?nicas ocidentais sobre a morte. Prefer?ncia ser? dada a etnografias que versem sobre a tem?tica, em situa?es como o suic?dio, a morte por desaparecimento, o falecimento como resultado de doen?as, a morte misteriosa, o infantic?dio, o assassinato, o fenecimento e os rituais religiosos ligados; enfim, morte como ligada a contextos pol?ticos, sociais, biol?gicos e culturais.

?Humanização?, ?sofrimento? e o corpo feminino: embates e conflitos entre a medicina, enfermagem e usuárias no Hospital da Mulher Mariska Ribeiro e no grupo de Luto à Luta-Apoio à Perda Gestacional e Neonatal.

Autoria: Juliana Borges de Souza

Este work é uma proposta de pesquisa para o doutorado , trata-se de uma etnografia em dois espaços de cuidado. Pretendo entender a partir da visão dos médicos, enfermeiras e usuárias do hospital da Mulher Mariska Ribeiro, localizado no bairro de Bangu, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, as concepções sobre “humanização da saúde”, ”acolhimento”, “violência”, produção de “assistência” e “sofrimento” formulados não só pela equipe médica, como também pelas integrantes do grupo “Do Luto à Luta: Apoio à Perda Gestacional e Neonatal” localizada no Flamengo, zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Sobre este último, trata-se de um grupo de relacionamento virtual e presencial chamada “Do Luto à Luta: Apoio à Perda Gestacional e Neonatal”. O grupo, denominado como movimento social (MELO; VAZ, 2018), apresenta-se no site como: uma comunidade de apoio à perda gestacional e neonatal! Pedimos tratamento mais humano e empático nas maternidades do Brasil para os casos de perda gestacional e neonatal, em respeito ao sofrimento de gestantes e familiares(LUPI, 2018). . Esse grupo é criado em 2014 pela psicóloga Larissa Rocha Lupi que passou pela experiência da perda de seu filho. O grupo de “Luto à Luta” tem o intuito de pensar uma acolhida diante da perda do filho e uma dimensão política, que reivindica uma assistência mais “humanizada” nas maternidades, do direito do enlutamento do filho, do registro do nome etc, como aponta as coordenadoras do seu site. . De maneira geral, a pesquisa terá como objetivo central investigar o modo pelo qual as dimensões do ativismo, da produção de identidades coletivas e a produção dos saberes médicos e não-médicos, se articulam à ajuda mútua, à produção de práticas sociais e de moralidades a partir do desafio de vivenciar a perda do filho esperado. Desta forma, pretendo dissertar a partir das seguintes questões: Como se atribui os sentidos formulados pelas mulheres e profissionais sobre os sentidos de “dor”, “parto”, “sofrimento”, ”luto”, “direitos” e “violência” nestes dois espaços? Como as mulheres e os profissionais narram sobre suas histórias de “luto” e “assistência” prestadas àquelas que perdem seus filhos

 ISBN: 978-85-87942-61-6

no momento que dar à luz e também é o momento de luto? Como se dá a concepção dos profissionais de saúde acercas dos corpos femininos e sua reprodução? Como é produzida o “cuidado” nestes dois espaços? Existe outras formas de terapêuticas não médicas atuando neste espaço (como religiosidade ou medicina de base popular)? Quais são as demandas do grupo e como isso pode refletir em uma política pública? Será que existe significados atribuídos a “assistência humanizada” por mulheres proveniente de camadas sociais diferentes?

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**